**PROCESSO**: **n º** 2000-0005378/2016

**INTERESSADO:** HOSPITAL GERAL DO ESTADO - HGE

**ASSUNTO:** REQUERIMENTO

**DETALHES:** SOL. AQUISIÇÃO DE PENSO C/ESPUMA COM HIDROGEL

Trata-se do Processo Administrativo nº 2000-0005378/2016 em 01 (um) volume, com 56 (cinquenta e seis) fls., que versa sobre procedimentos de aquisição de penso c/espuma com hidrogel, para atender as necessidades do HGE, com respaldo no Termo de Referência acostado aos autos (fls. 02/06).

Ressalte-se que a empresa fornecedora do produto supramencionado foi a **ANA PATRICIA VIEIRA COSTA (CNPJ-19.791.538/0001-90)**, cujo valor de pagamento está orçado em **R$7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais)**.

A contratação encontra-se sob escopo do art. 24, da Lei nº 8666/93. Entretanto, a presente análise versa sobre a adoção dos procedimentos previstos na legislação de regência, em exercício da missão institucional deste órgão de controle.

Nesse sentido, em atendimento ao Despacho, de 15 de setembro de 2017, do Secretário de Estado da Saúde (fls. 55-verso) e à determinação emanada do Gabinete da Controladora Geral do Estado (fls. 56), passamos à análise técnica dos autos, que se restringiu à instrução do processo de despesa, **no que se refere ao cumprimento das fases da despesa pública, explicitado na Lei Federal nº 4.320/64, além da obediência aos princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública.** Descreve-se a seguir o resultado do exame efetuado no referido processo.

**1 – COTAÇÕES DE PREÇOS** – Consta a apresentação de cotações de preços, conforme discriminação adiante, envolvendo as seguintes empresas (fls. 19/21):

1. ANA PATRICIA VIEIRA COSTA (CNPJ nº 19.791.538/0001-90) = R$7.980,00.
2. COMAC COM DE MAT. CIRÚRGICOS LTDA. (CNPJ nº 01.313.995/0001-03) = R$8.610,00.
3. V. DAS F. DORES – ME (CNPJ nº 15.008.657/0001-72) = R$8.358,00.

**2 – APRESENTAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL ANTES DA CONTRATAÇÃO** - Verifica-se a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC (fl. 24), com assinatura da servidora Tânia Marcia Gomes Ribeiro, com validade até 12/08/2016, em substituição aos documentos enumerados nos arts. 28 a 31 da Lei nº 8.666/83, conforme determina o art. 32, §§ 2º e 3º, da mesma Lei.

Observa-se, ainda, o despacho (fl. 25) de lavra da servidora, responsável pelo Setor de Cadastro, Averiguação de Preços e Regularidade de Empresas – SECAPRE, Janaina Lopes de Oliveira Pedroza, informando que a empresa se encontra em situação de **IDONEIDADE FISCAL REGULAR**.

Não é possível comprovar, nos autos do processo, a competência da SESAU para emissão de Certificado de Registro Cadastral – CRC, no âmbito estadual. Desta forma, reitera-se a ausência dos documentos de regularidade fiscal e habilitação jurídica descritos nos **artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666/93.**

**3 – AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO –** Verifica-se que foi acostado aos autos a AUTORIZAÇÃO para pagamento, de 01 de agosto de 2016, com a devida assinatura da gestora da SESAU (fls.27).

**4 – NOTA DE EMPENHO SEM ASSINATURA DO GESTOR** - Destaca-se que a emissão da Nota de Empenho (**2016NE22008**), à fl. 31, não possui a assinatura da ordenadora de despesa, mas do Gerente de Finanças, Helion Dionisio de Oliveira, assim como não consta nos autos, documento que evidencie a autorização para emissão de nota de empenho. Alerte-se, ainda, para a ausência de documento que ateste a condição de autoridade competente do então Gerente de Finanças supramencionado, possibilitando a prática de tal ato. Salienta-se que nos termos do art. 58 da Lei nº 4.320/1964, ***o empenho de despesa é ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição*.**

Ressalte-se ainda o entendimento da Procuradoria Geral do Estado de Alagoas, conforme Parecer PGE/ASS N° 36/2007, quanto à exigência de que conste da nota de empenho a assinatura do ordenador de despesa, bem como do responsável financeiro. A Controladoria Geral do Estado – CGE, através da Instrução Normativa CGE Nº 001/2007, em seu art. 1º, já determinava que as notas de empenho deveriam conter as *“...assinatura do ordenador de despesa ou do* ***servidor que detenha delegação para tanto****, e do responsável financeiro de cada Órgão do Poder Executivo Estadual.*” (G.N.).

**5 – CERTIDÕES DE REGULARIDADE –** Em análise aos documentos apensados aos autos, às folhas 44/47 observa-se a existência das Certidões de Regularidade da Empresa ANA PATRICIA VIEIRA COSTA, como segue: Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa Relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, Certidão de Falência, Recuperação Judicial e Concordata, Certidão negativa de Débito da Prefeitura de Maceió, contudo com suas validades vencidas. As folhas 48/49 constata-se Certificado de Regularidade do FGTS e Certidão Negativa Relativa aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União da empresa SERVINUTRI COMÉRCIO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, sem, no entanto justificar a inclusão desses documentos aos autos.

**6 – LIQUIDAÇÃO DA DESPESA -** Conforme determina a Lei Federal nº 4.320/64, arts. 62 e 63, a empresa **ANA PATRICIA VIEIRA COSTA (CNPJ-19.791.538/0001-90)**, apresentou o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE nº 000002.166(às fls. 37 e 50), datada de 13/01/2017, no valor de R$7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais), o que, em princípio, comprova o direito adquirido em receber o respectivo crédito, possibilitando a seguinte verificação: a) a origem e o objeto que se deve pagar; b) a importância exata a pagar; c) a quem se deve pagar a importância para extinguir a obrigação. **O documento comprobatório do respectivo crédito não se encontra devidamente atestado, por representante da SESAU**.

**7 – DO ATENDIMENTO AO DECRETO ESTADUAL Nº 51.828/2017** – Observou-se o não cumprimento ao que determina o art. 48, §1º, I ao IV, do Decreto Estadual nº 51.828/2017, quanto ao ato de reconhecimento da divida onde o gestor deve informar:

1. Se existe dotação orçamentária suficiente para a realização do empenho e liquidação no SIAFEM;
2. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da dívida a ser reconhecida no orçamento vigente e posteriores, considerando os limites estabelecidos na programação orçamentária e financeira para o exercício;
3. Declaração do ordenador da despesa de que o reconhecimento da dívida é exequível na execução orçamentária e financeira para o exercício vigente e seu impacto na execução orçamentária e financeira não impedirá ou prejudicará o funcionamento das atividades do órgão ou da entidade até o final do exercício sem aumento na dotação disponível;
4. Da indicação das causas que levaram ao não pagamento da dívida nos exercícios anteriores.

**8 - DA AUSÊNCIA DE CONTRATO –** Conforme informação do Setor de Contratos (fl. 52), de acordo com o contido no DESPACHO – SETCON, de 04 de julho de 2017, da Assessoria Técnica de Contratos, **INEXISTE** contrato firmado entre a SESAU e a empresa **ANA PATRICIA VIEIRA COSTA (CNPJ nº 19.791.538/0001-90)**.

**9 - DA ANÁLISE JURÍDICA –** No contexto do processo INEXISTE parecer da Procuradoria Geral do Estado – PGE, que trata do que expõe a Lei Complementar Estadual nº 07/1991, no que concerne ao ***controle interno da legalidade e da moralidade administrativa, procedendo ao exame de todo e qualquer documento público, e a propositura de anulação de ato administrativo que se torne lesivo ao interesse público, ou afrontoso aos princípios da moralidade ou da legalidade administrativa, sem prejuízo da competência dos órgãos técnicos*.**

De toda a explanação e detalhamento processual, alertem-se para a necessidade de informações, quais sejam:

**I. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO** – Diante da prática de pagamento por indenização, torna-se premente que se apure a boa fé do particular contratado, mediante instauração de processo administrativo, no âmbito da SESAU, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000.

**II. CONDUTA DOS AGENTES PÚBLICOS** – De acordo com o contido no **Item I urge** que se apure a conduta dos agentes públicos que, omissivamente ou comissivamente, tenha concorrido para a prática de ilícitos contra a Administração Pública, em obediência ao art. 2º, parágrafo único, inciso IV, da Lei Estadual nº 6.161/2000 e também ao contido no art. 59, parágrafo único da Lei nº 8.666/93.

**III. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA -** Que seja atualizada a dotação orçamentária a ser utilizada para a despesa requerida.

**IV. DAS CERTIDÕES** – Quando do pagamento, que as certidões referentes à regularidade fiscal sejam acostadas aos autos em atendimento à legislação pertinente.

**V**. **DO DOCUMENTO FISCAL** – Que seja atestado o DANFE por representante da SESAU.

**VI. DO CUMPRIMENTO DAS DETERMINAÇÕES CONTIDAS NO ART. 48 DO DECRETO Nº 51.828/2017 –** Que sejam juntados aos autos as declarações e documentos relacionados no art. 48 do referido Decreto Estadual, conforme já citado no Item 7.

Assim, sugere-se o retorno dos autos à Secretaria de Estado da Saúde – SESAU para solução das pendências apontadas nos itens I a VI, ato contínuo, que a Secretaria promova o reconhecimento da dívida à empresa **ANA PATRICIA VIEIRA COSTA (CNPJ-19.791.538/0001-90)**, mediante publicação do ato, conforme art. 48, § 3º do referido decreto.

Maceió-AL, 21 de novembro de 2017.

Carlos Alberto da Silva

**Assessor de Controle Interno/ Matrícula nº 115-5**

Acolho o Parecer.

À superior consideração.

Adriana Andrade Araújo

**Superintendente de Auditagem/Matrícula n° 113-9**